



A OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES COMO MODO DE SER CRISTÃO A PARTIR DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO*

THE PREFERENTIAL OPTION FOR THE POOR AS A WAY OF BEING CHRISTIAN FROM THE THEOLOGY OF LIBERATION

Adriano André Maslowski¹
Leonardo Envall Diekmann²

Resumo: No presente artigo busca-se abordar de forma sucinta a temática da pobreza, não como uma concepção ideológica e ativista, mas sim enquanto caminho de encontro com o Cristo sofredor na face dos irmãos mais necessitados, evidenciando a importância em assumir esta como opção primeira para a construção do Reino de Deus, a partir de uma leitura da Teologia da Libertação de Gutiérrez, na perspectiva da América Latina. Abordar-se-á o tema observando a pobreza enquanto categoria mística, espiritual, enquanto expressão das bem-aventuranças, mas também a pobreza enquanto categoria material, escândalo social em que se encontram milhões de seres humanos submetidos a situações de vida degradante.

Palavras-chave: Cristãos. Igreja. Pobreza. Teologia da Libertação.

Abstract: In this article we seek to briefly address the theme of poverty, not as an ideological and activist conception, but rather as a way of meeting the suffering Christ in the face of the most needy brothers, showing the importance of assuming this as an option first for the construction of the Kingdom of God, from a reading of Gutiérrez's Theology of Liberation, from the perspective of Latin America. The theme will be tackled by observing poverty as a mystical, spiritual category as an expression of the Beatitudes, but also poverty as a material category, a social scandal in which millions of human beings are subjected to situations of degrading life.

Keywords: Christians. Church. Poverty. Liberation Theology.

INTRODUÇÃO

A pobreza constitui um dos temas centrais da espiritualidade cristã contemporânea. O assunto por vezes polêmico gera controvérsias quanto à forma

* O artigo foi aprovado para publicação com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Pós-graduado em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Pós-Graduado em Leituras da Bíblia e Mundo Contemporâneo pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduado em Teologia pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Berthier (IFIBE). Contato: adrianolowski@yahoo.com.br



de seguir Jesus Cristo. O Concílio Vaticano II alude várias vezes à pobreza, mas não faz dela uma de suas linhas de força. A pobreza enquanto temática, até o Concílio Vaticano II, encontrava receptividade e adesão sobretudo no campo da espiritualidade da vida religiosa. Esta, por sua vez, concentrava suas atividades na meditação de textos bíblicos e na recordação da pobreza de Cristo, assumindo esse testemunho para si.

Porém, a partir do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica passa a adotar um estilo de vida mais sóbrio e condizente com a realidade da grande maioria de seus fiéis. Os bispos Latino-Americanos e Caribenhos afirmam: “O Episcopado Latino-Americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantém a maioria dos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana” (CELAM, 1979a, p.143). Ao que os bispos se referem trata-se de assumir um testemunho enquanto Igreja, clero/hierarquia que reflita a autêntica pregação da mensagem evangélica.

“Todos os membros da Igreja são chamados a viver a opção preferencial pelos pobres. Mas, nem todos da mesma maneira, pois nela há diversidade de vocações, que comportam diversos estilos de vida e diversas formas de agir” (CELAM, 1979a, p.145). Assumir a pobreza como parte da vida, enquanto compromisso evangélico pela construção do reino deve se dar de forma livre e autêntica, espontânea e sincera, a fim de que não seja um fardo, mas um compromisso com o Cristo sofredor no irmão necessitado. O que tentaremos, no presente artigo, é demonstrar o que é a opção preferencial pelos pobres refletida no modo ser cristão, a partir do testemunho de vida de cada um, segundo a Teologia da Libertação.

A AMBIGUIDADE DO TERMO POBREZA

² Graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Berthier (IFIBE); Acadêmico do Curso de Teologia



Pobreza, em primeiro lugar, designa-se enquanto categoria material, ou seja, a carência de bens econômicos necessários para a vida humana digna. Assim, a pobreza é algo degradante, automaticamente repelida pela consciência humana contemporânea. Ao falar de pobreza, a primeira reação que se tem é a consciência de que se deve lutar contra ela.

O homem, criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26; 2,15), é destinado a “dominar” a terra. O homem não se realiza senão transformando a natureza e estabelecendo relações com os outros homens. É por meio do trabalho que se realiza a efetivação da humanidade do homem. A subjetivação torna-se objetivação por meio do trabalho. Assim, é através desta atividade que o homem se distingue dos demais animais³.

O trabalho deve ser espontâneo, livre, consciente, natural e realizador, sendo uma atividade empírica, abrangendo a relação sujeito-espécie, constituindo a si mesmo a partir da história. Através do trabalho deve se estabelecer uma relação harmoniosa entre homem e natureza, onde ele (homem) a humaniza, e ela (natureza) o naturaliza. Sendo assim, a realização humana não pode se dar de maneira egoísta, mas em harmonia com toda a natureza. “Só assim [o homem] chega a plena consciência de si mesmo, como liberdade criadora que se conquista no trabalho. A situação de exploração e injustiça que envolve a pobreza faz do trabalho algo servil e desumanizante” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 241). O trabalho alienado não liberta, mas sim, escraviza o homem, gerando pobreza material, epistemológica e cultural.

Nos ambientes cristãos, frequentemente tem-se a tendência de dar à pobreza material um significado positivo, vendo-a como ideal humano e religioso, condição de uma vida conforme o Evangelho. Assim, ao se falar em eliminar a pobreza do mundo, extinguir a exploração do homem pelo homem, criando condições de dignidade para todos, parece uma proposta contraditória com um certo ideal cristão que se criou.

da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI). E-mail: diekleo@hotmail.com

³ Para mais informações referentes a estes elementos recomenda-se: Karl MARX. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.



O conceito de pobreza material está em constante evolução. Numa sociedade como a de Jesus, possuir duas túnicas era sinônimo de riqueza, já ter uma só era fazer-se pobre. No tempo de Francisco de Assis, ter e usar dinheiro era próprio dos ricos. Hoje, é próprio dos pobres, pois os ricos não usam dinheiro, mas sim cheques, cartões de crédito... A pobreza varia conforme o tempo, o lugar, as situações, as pessoas, as motivações e as funções.

Concretamente, ser pobre é uma categoria que se encontra no nível infra-humano, e significa radicalmente morrer de fome, de sede, de frio, ser analfabeto e explorado pelos outros homens, não sabendo que se é homem. No Antigo Testamento, os profetas definem o pobre com o termo *ébyôn*, que significa o que deseja, o mendigo, aquele a quem falta algo e o espera de outro. É também *dal*, o débil, o fraco. É ainda *ani*, o encurvado, o humilhado. E finalmente, o pobre é ainda definido pela expressão de caráter religioso, *anaw*, que significa o humilhado perante Deus. Já o Novo Testamento refere-se ao pobre utilizando-se do termo *ptochós*, que se refere ao que não tem o necessário para subsistir, é o miserável, mendicante.

Segundo Gutiérrez, “a pobreza não é uma fatalidade [...]. Há pobres porque há homens que são vítimas de outros homens” (1975, p. 239). Os profetas não se calaram diante da opressão e das injustiças de seu tempo. Lutaram em favor dos mais desfavorecidos, dos pobres, para que não houvesse mais pobreza. Condenaram os sistemas de comércio fraudulento, a exploração, a ocupação violenta das terras, as injustiças e a escravidão, denunciando sem medo os culpados.

Se a pobreza fosse algo tão bom, o Levítico e o Deuteronômio não estabeleceriam uma legislação para impedir o acúmulo de riquezas e conseqüentemente a exploração humana, a fim de impedir a instalação da pobreza no povo de Deus. “A pobreza contradiz a própria lei mosaica” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 240), pois Moisés tirou o povo do Egito, libertando-o, segundo as orientações de Yahweh, da escravidão a fim de levá-lo a uma terra onde pudessem viver com dignidade humana. Na raiz do povo de Israel está o repúdio à exploração do homem pelo homem. Yahweh é um Deus vivo (Js 3,10; Dt 5,26; Hb 12,22); Yahweh é um



Deus presente – Ele está no meio do povo (Js 3,10); Yahweh é o Senhor de toda a Terra (Js 3,11.13); é o grande Rei sobre a terra inteira (Sl 47,3); de Yahweh é a Terra e tudo o que nela existe (Sl 24,1); Ele é o único Deus (Dt 6,4-5); Deus vivo (Js 3,10) e não um ídolo (Sl 115). Aqui temos a concepção de um Deus peregrino, migrante, em movimento com o Povo (Js 3,14). Ele é o Senhor de toda a terra e por isso pode dá-la a fim de que não haja pobreza. Ele a prometeu a Abraão, sustentou esta promessa ao longo da trajetória do Êxodo e dá a terra ao povo, desafiando-o a conquistá-la, a fim de que a transformação social se dê através de um movimento de dentro para fora. Mostra, assim, que não soluciona de forma mágica os problemas, mas desafia os homens a se comprometerem uns com os outros. Seu ideal é de uma sociedade fraterna e igualitária, onde não exista pobreza. Aceitar a pobreza é recair na situação de exploração e escravidão em que o povo se encontrava no Egito.

Se o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, sendo filho do Criador, “oprimir o pobre é atentar contra o próprio Deus, mas conhecer a Deus é praticar a justiça entre os homens. Encontramos a Deus no encontro com os homens: o que se faz aos outros, se faz ao Senhor” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 241). A pobreza reflete a ruptura com o criador, pois não há solidariedade com os irmãos. Ela é expressão da negação do amor. E é justamente em face desta pobreza material e cultural, na qual milhões ainda se encontram, que se define o sentido da pobreza evangélica.

Há ainda na Bíblia um segundo sentido de pobreza, além da material. A pobreza pode ser compreendida como o “poder de acolher a Deus, uma disponibilidade para Deus, uma humildade diante de Deus” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 242). A pobreza no sentido religioso é definida pelo emprego da expressão *anaw*, que no plural, *anawim*, designará o pobre espiritual como sendo privilegiado. Os pobres constituem, desta forma, “o pequeno resto” (Is 4,3; 6,13; 7,3) composto por aqueles fiéis a Yahweh, a seu projeto de igualdade e justiça a partir da solidariedade e do amor, de onde surgiria o Messias.

A pobreza espiritual é o oposto do orgulho, da autossuficiência (Sl 10,2; 18,28; 37,10; 86,14). É sinônimo de abandono na fé e na confiança a Yahweh. Faz-



se assim condição de aproximação de Deus. Trata-se de conhecer e buscar a Yahweh (Sl 9,11; 34,11), abandonar-se a Ele e acolhê-Lo (Sl 10,14; 34,9; 37,40), observar seus mandamentos (Sl 25,3-5; 37,9), temer o Senhor (Sl 25,12.14; 34,8.10). O Evangelho de Mateus expressa que, bem-aventurados são os pobres de espírito (Mt 5,1), compreendendo este como o ato de total disponibilidade ante o Senhor (Sf 2,3). Trata-se de uma condição para abrir-se a Deus, colocando-se em postura de diálogo, a fim de estabelecer esta comunicação como um dom do amor. Trata-se primeiramente de abster-se de qualquer outra riqueza que não seja a própria Palavra de Deus.

Conforme (Gutiérrez 1975) quando Lucas fala, em seu Evangelho sobre os pobres, não se trata de uma canonização da classe social. O fato dos pobres serem os privilegiados do reino não significa o ato de aceitação da pobreza em vista do reino futuro, mas sim crer que

[...] o reino de Deus é um dom que se acolhe na história para que esta seja elevada à sua plenitude; se pensamos [...] que o reino de Deus traz necessariamente consigo o reestabelecimento da justiça neste mundo, importa pensar que Cristo declara bem-aventurados os pobres, porque começou o reino de Deus: “cumpriu-se o tempo e o reino de Deus está próximo” (Mt 1,15). (GUTIÉRREZ, 1975, p. 245).

Em outras palavras, significa que é tempo de lutar, de se emancipar, quebrando as algemas da alienação e da escravidão, fruto da ditadura do mercado no sistema neocapitalista. É tempo de um reino de justiça. Assim, os pobres “são bem-aventurados porque o advento do reino porá fim a sua pobreza, criando um mundo fraterno” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 245). A pobreza é um mal, sendo incompatível com o reino de Deus. Há pobres no mundo porque há ricos. O fim da pobreza implica no fim da riqueza, e no advento da fraternidade.

A POBREZA CRISTÃ COMO EXPRESSÃO DE AMOR AO PRÓXIMO



A pobreza material é um escândalo, trata-se de algo repudiável. Tal pobreza não pode jamais ser um ideal cristão, pois implica fome, exploração do homem, escravidão, o que culmina na morte. “Seria aspirar uma situação reconhecida como infamante para o homem” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 246), indo contra a história, contra a natureza humana que se expressa no trabalho livre. Porém, “a pobreza espiritual é uma atitude de abertura a Deus” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 245). Não se trata apenas de um desprendimento dos bens materiais, mas sim de uma atitude primeiramente espiritual, que deve ser expressa livremente na relação com a matéria. Assim, ser pobre materialmente não significa ser pobre em espírito, pois para tanto, faz-se necessária a total disponibilidade ante o Senhor e seu projeto.

O documento do Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, nos recorda que,

[...] assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo Jesus “que era de condição divina [...] despojou-se de si próprio tomando a condição de escravo” (Fl 2,6-7) e por nós, “sendo rico, fez-se pobre” (2Cor 8,9): assim também a Igreja, embora necessite dos meios humanos para o prosseguimento da sua missão, não foi constituída para alcançar a glória terrestre, mas para divulgar a humildade e abnegação, também com o seu exemplo. Cristo foi enviado pelo Pai “a evangelizar os pobres[...] a sarar os contritos de coração” (Lc 4,18), “a procurar e salvar o que perecera” (Lc 19,10). De igual modo, a Igreja abraça com amor todos os afligidos pela enfermidade humana; mais ainda, reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem do seu fundador pobre e sofredor, procura aliviar as suas necessidades, e intenta servir neles a Cristo. Enquanto Cristo “santo, inocente, imaculado” (Hb 7,26), não conheceu o pecado (2Cor 5,21), mas veio apenas expiar os pecados do povo (Hb 2,17), a Igreja, contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação. (LUMEN GENTIUM, 1983, p. 46).

A pobreza é um ato de amor e de libertação quando assumida livremente, no desprendimento da matéria, em solidariedade com aqueles que padecem na escravidão do mercado, oprimidos e marginalizados pelo egoísmo humano, que divide os homens em classes sociais, entre ricos e pobres, burgueses e proletários, proprietários e não-proprietários. Porém, a pobreza tem valor redentor. “Cristo, sendo rico, se fez pobre por vós, a fim de vos enriquecer com sua pobreza” (2Cor 8,9). Assim, vê-se que Cristo não só amou os pobres, mas “viveu a pobreza, centralizando sua missão no anúncio da libertação aos pobres e fundou a Igreja



como sinal desta pobreza entre os homens” (CELAM, 1979a, p. 145). A pobreza cristã, constitui um esgotar-se de si numa ação comprometida com o outro, com o sofredor, com o injustiçado, com o explorado, “a fim de testemunhar o mal que estas representam, como fruto do pecado e da ruptura da comunhão” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 247).

O cristianismo deve “romper com as amarras da posse egoísta dos bens temporais, [...] dispondo organicamente da economia e do poder em benefício da comunidade” (CELAM, 1979a, p. 146). Conforme o documento “Evangelizar no presente e no futuro da América Latina”, a pobreza espiritual exige uma “opção preferencial e solidária pelos pobres [...], no intuito de sua integral libertação” (CELAM, 1979, p. 3). Não há como acabar com a pobreza fazendo-se rico, o que implica numa disponibilidade servil ao Senhor, e conseqüentemente num ato de despojamento dos bens deste mundo, libertando-se da mentalidade capitalista e consumista de nossa época, rompendo com a ditadura do mercado, e assim, assumindo a responsabilidade com os mais necessitados. Isso implica em organização social e reivindicação de direitos, num ato profético de denúncia da realidade de dominação e exploração⁴.

Recomenda-se ao cristão “usar os bens deste mundo, cujas estruturas são transitórias, sem absolutizá-los, pois são apenas meios para se chegar ao reino” (CELAM, 1979, p. 356). Fazer-se pobre é “assumir uma vida sóbria, simples e austera, que aparta a tentação da cobiça e do orgulho” (CELAM, 1979, p. 356). A pobreza cristã não é nada menos que a expressão de amor através da solidariedade com os pobres. Não se trata de um assistencialismo que não gera comprometimento, tampouco transformação. Para Gutiérrez (1975) viver a pobreza é imitar o Cristo, que assumiu nossa condição humana para libertar-nos do pecado e de todas suas conseqüências.

Lucas, em Atos dos Apóstolos, descreve: “Todos os crentes viviam unidos e tudo tinham em comum. [...] ninguém tinha como própria coisa alguma, mas tudo entre eles era comum. [...] unidos num só coração e numa só alma” (At 2,32; 44). O



autor continua: “E não havia entre eles nenhum necessitado, porque todos os que possuíam campos ou casas, os vendiam, traziam a importância da venda e a depunham aos pés dos apóstolos, e repartiam a cada um segundo suas necessidades” (At 4,34). Este ato de colocar o que se tem à disposição para a partilha comum não é para se fazer pobre no sentido material, mas sim, para que não haja mais pobres ou necessitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ser cristão sem se comprometer com a realidade de sofrimento em que se encontram tantos irmãos? O Evangelho nos responde com as palavras do próprio Jesus: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei. Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos” (Jo 15,12). Com essa passagem, o evangelista mostra-nos que o amor ao próximo trata-se de um comprometimento essencialmente cristão. “O pobre é para o Evangelho o próximo por excelência” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 256). Solidarizar-se com o pobre, fazendo-se pobre de espírito, é encontrar o Cristo no homem marginalizado e oprimido.

Assim, não basta apenas fazer-se pobre materialmente, pois isto implica passar necessidade e é contrário à vontade de Deus. Tampouco basta dizer-se pobre acumulando bens e vendo os irmãos passando necessidade. Outrossim, não basta vender tudo o que se tem e dar o dinheiro aos pobres, se o coração ainda não se converteu a Jesus Cristo e não há um comprometimento com o marginalizado. Há uma grande diferença entre viver a pobreza cristã e viver um ativismo político ideológico. “Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade. Esta solidariedade implica em tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar por eles” (CELAM, 1979a, p.147). Para que haja transformação concreta na realidade, faz-se necessária a estruturação racional do agir pastoral e da integração do esforço não só da Igreja Católica, mas de diversos seguimentos da sociedade em prol desta causa. Não

⁴ Para mais informações recomenda-se o documento: CELAM. *A evangelização no presente e no*



basta tomar as ruas, mas faz-se necessário o estudo, o planejamento, a reflexão crítica, a organização, a união, a fim de conciliar reflexão e realidade, para que uma, encontre na outra os instrumentos necessários para a transformação social que gere libertação.

Trata-se de um processo de conversão evangélica, de saída de si próprio e abertura para Deus e os demais, não restrito a Bispos, padres, mas estendido a todo povo de Deus, numa ação de ruptura com as categorias mentais, culturais, de classes sociais, quanto à forma como nos relacionamos uns com os outros e sobretudo com o diferente, pois é neste agir que nos comunicamos com Deus. Converter-se significa romper com tudo o que nos afasta do Deus libertador, que ouviu, se compadeceu e desceu até Seu povo (Ex 3), numa tomada de posição contra toda e qualquer situação de injustiça e desigualdade que fere o ser humano, levando-o a uma condição de marginalização e pobreza.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM – Antigo e Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2002.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Trad. Jorge Soares. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

CELAM, *Conclusões de Medellín*. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1979a.

CELAM. *A evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Conclusões: Puebla. 5. ed. Paulinas, 1979.

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium* In: COMPÊNDIO Do Vaticano II: constituições, decretos, declarações. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

Karl MARX. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

futuro da América Latina. Conclusões: Puebla. 5. ed. Paulinas, 1979, p. 353.